

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Portos brasileiros mantêm crescimento em 2025

Movimento de portos atingiu 780,4 milhões de toneladas

Os portos brasileiros registraram, em julho, o maior volume mensal de cargas da história, com 124,7 milhões de toneladas transportadas, sendo 73% de navegação de longa distância - exportação e importação - e 20% de cabotagem - entre portos brasileiros.

Nos primeiros sete meses do ano, os portos atingiram 780,4 milhões de toneladas de cargas, volume 1,76% maior do que o registrado no mesmo período de 2024.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reafirmou que o governo federal tem atuado com a finalidade de ampliar as concessões e fortalecer a infraestrutura nacional.

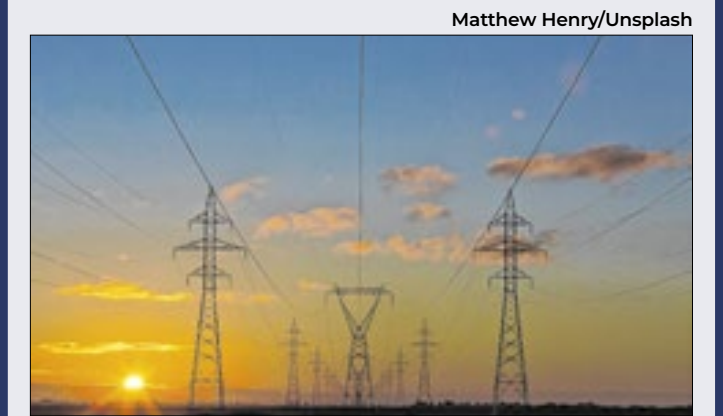
“Temos como foco garantir segurança jurídica e atrair novos investimentos”, afirmou em nota.

Capacidade

De acordo com o ministro, “a ampliação da capacidade de nossos portos é fundamental para a economia nacional”. A principal carga transportada foi de grãos sólidos (minerais e vegetais), com mais de 76,6 milhões de toneladas. Todos os tipos de carga aumentaram.

Contêineres

“Grãos líquidos tiveram um aumento de 6%, enquanto a movimentação de grãos sólidos aumentou quase 4%. O crescimento de carga em contêineres foi de 3% no período e o volume de carga geral foi 0,9% superior ao registrado em julho do ano passado”, informou.



Bônus de Itaipu provocou redução nas tarifas

Queda na inflação foi sentida pela população mais pobre

No mês de agosto, a queda na inflação foi mais sentida pelas famílias mais pobres. Enquanto o índice oficial ficou negativo em 0,11%, o custo de vida para famílias que ganham até R\$ 3,3 mil teve recuo superior a 0,20%. Já na outra ponta, lares com renda mensal acima de R\$ 22 mil, a inflação ficou positiva em 0,10%. A constatação está no boletim mensal Inflação por Faixa de Renda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

O estudo compara a inflação oficial, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com o custo de vida de várias faixas de renda.

Alívio maior

De acordo com a autora da pesquisado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Maria Andreia Parente Lameiras, as famílias mais pobres tiveram alívio maior no bolso em agosto por causa do perfil de consumo, com maior peso para itens como alimentação e habitação.

Deflação

“Além da intensificação da trajetória de deflação dos alimentos no domicílio, a queda das tarifas de energia elétrica, beneficiada pela incorporação do Bônus de Itaipu, anulando a pressão vinda da adoção da bandeira vermelha patamar 2, explicou esta queda”, explica.

Bônus

O chamado Bônus de Itaipu é o desconto na conta de luz que beneficiou 80,8 milhões de consumidores. Conforme adiantou a Agência Brasil, a bonificação compensou a bandeira tarifária vermelha 2, que adiciona R\$ 7,87 na conta e luz a cada 100 Kwh consumidos.

Alimentos

O estudo aponta que, no caso dos alimentos no domicílio, destacam-se as quedas dos cereais (-2,5%), tubérculos (-8,1%), café (-2,2%) e proteínas animais, como carnes (-0,43%), aves e ovos (-0,8%) e leite (-1%). Alimentação fora de casa pesou para faixas mais altas.



Defasagem do salário frente ao custo de vida, que abocanha grande parte do orçamento

Pesquisa: 54% dos brasileiros vivem no limite do salário

Problema está enraizado em fatores estruturais

Por Martha Imenes

A realidade financeira é um desafio persistente para a maioria dos trabalhadores no Brasil, revela o relatório “People at Work 2025” do ADP Research Institute. A pesquisa, que entrevistou quase 38 mil trabalhadores em 34 países, incluindo o Brasil, mostra que, em terras brasileiras, 54% dos profissionais afirmam viver de salário em salário. Ou seja, dependem exclusivamente do pagamento mensal (ou quinzenal) para cobrir todas as despesas básicas, sem conseguir guardar dinheiro ou formar uma reserva financeira. Em outras palavras, se o próximo salário não chegar, a pessoa pode enfrentar dificuldades imediatas para pagar contas, comprar alimentos ou manter seu padrão de vida.

O dado destaca a pressão

econômica enfrentada no país, onde a capacidade de poupança e a construção de uma reserva financeira para o futuro são limitadas para grande parte da força de trabalho.

Vulnerabilidade

A parcela de trabalhadores que vivem dessa forma é reflexo de uma vulnerabilidade financeira que se manifesta de diversas formas no mercado de trabalho. Para muitos, a busca por uma renda adicional tornou-se uma estratégia de sobrevivência, já que ilustra a dificuldade em alcançar um patamar de segurança financeira com apenas um emprego.

A pesquisa mostra que 19% dos trabalhadores brasileiros possuem mais de uma fonte de renda. Desses, 60%, declararam que sua principal motivação para ter outros empregos

é a necessidade imperativa de cobrir despesas básicas.

Quando observadas as características demográficas, a pesquisa traz dados reveladores: mulheres (21%) têm predominância em relação aos homens (17%) quando se trata de atividades paralelas. A faixa etária também influencia: entre jovens de 18 a 26 anos, 25% acumulam mais de um trabalho, percentual que cai para 14% entre os que têm 55 anos ou mais.

O levantamento mostra que acumular funções nem sempre resolve o cerne do problema. Em escala global, trabalhadores com múltiplos vínculos empregatícios continuam enfrentando dificuldades para equilibrar o orçamento. Isso indica que o problema está enraizado em fatores estruturais, como a defasagem do salário frente ao custo de vida.

Sem medo de perder o emprego

Mais da metade (53,8%) dos trabalhadores não vê chance de perder o principal emprego ou fonte de renda nos próximos seis meses. Uma pesquisa revela que para 42,3% dos entrevistados é improvável ficar sem o trabalho, enquanto 11,5% afirmam ser muito improvável.

Para 13,8%, a chance é provável, e apenas 2,8% consideram muito provável. Pouco menos de um terço (29,7%) não soube responder.

Os dados fazem parte da Sondagem do Mercado de Trabalho, realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O responsável pela sondagem, Rodolpho Tobler, explica que o baixo percentual de trabalhadores que afirmam ser provável ou muito improvável perder o emprego ou fonte de renda é reflexo do cenário de mercado de trabalho aquecido.

“Com a taxa de desocupação em níveis mínimos em termos histórico, é natural que os trabalhadores se sintam mais seguros na sua ocupação ou em uma realocação caso seja necessário. Esse dinamismo observado nos últimos anos tende a ser favorável para os trabalhadores”, avalia.

No entanto, Tobler aponta que, com expectativa de desaceleração da economia brasileira e do mercado de trabalho, “é

‘Remuneração é o alicerce da estabilidade financeira’

As organizações têm um papel crucial em relação ao contexto vivido por seus funcionários. Loraine Blommendaal, Head de Pessoas & Cultura, Produto e Tecnologia Global da ADP Internacional destaca: “A remuneração é o alicerce da estabilidade financeira para a maioria, mas nossos números indicam que até mesmo aqueles com três ocupações ainda encontram dificuldades. Isso representa uma oportunidade para os empregadores adotarem uma política mais abrangente de reconhecimento e valorização”.

A especialista avalia que no caso das pequenas e médias empresas, onde os recursos são mais limitados, adotar soluções criativas pode ser decisivo. De acordo com os dados do estudo, alternativas como planos de saúde, auxílios pontuais ou benefícios voltados à família, como ajuda com creche, contribuem para reduzir pressões do cotidiano. As iniciativas demonstram preocupação genuína com o bem-estar dos colaboradores, o que fortalece a confiança e melhora o desempenho das equipes.

Investir em pacotes de valorização que realmente impactem a rotina do trabalhador brasileiro vai além de uma postura ética, é uma decisão estratégica.

Isso, segundo a especialista, permite às empresas se posicionarem como aliadas no enfrentamento dos desafios econômicos enfrentados por seus times, ajudando a construir relações mais sólidas e um mercado de trabalho mais equilibrado.

esperado que essa variável não continue nesse patamar baixo por muito tempo”, diz.

Taxa menor

Os números mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre mercado de trabalho mostram que a taxa de desemprego do segundo trimestre ficou em 5,8%, a menor já registrada na série histórica do instituto, iniciada em 2012.

Mais de 80 mil empregadores devem regularizar FGTS de domésticas

Mais de 80,5 mil empregadores de trabalhadores domésticos de todo o país receberão avisos, a partir desta quarta-feira (17), para regularização dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados.

Inicialmente, as notificações do Ministério do Trabalho e Emprego terão o caráter de orientação, com o objetivo de alertar os empregadores sobre as irregularidades e para dar a oportunidade de regularização voluntária dos débitos com o FGTS até 31 de outubro de 2025.

Após este prazo, os casos não regularizados podem ser encaminhados para notificação formal e levantamento oficial dos débitos, o que pode levar a penalidades legais.

Os avisos eletrônicos do governo federal serão realizados via sistema Domicílio Eletrôni-



Empregadores têm prazo para regularizar a contribuição

co Trabalhista (DET), que permite a comunicação eletrônica entre a inspeção do trabalho e o empregador.

Os alertas são baseados em dados que mostram indícios de que os empregadores não recolheram ou não pagaram corre-

tamente o FGTS dos trabalhadores domésticos contratados.

Estes débitos no recolhimento do FGTS foram constatados a partir do cruzamento de informações das guias registradas e pagas à Caixa Econômica Federal e do eSocial, sistema

informatizado do governo brasileiro que unifica a entrega de informações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de FGTS.

Essas comunicações realizadas pelo DET dispensam a publicação no Diário Oficial da União e o envio por via postal e são consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

O montante devido ao FGTS por 80.506 empregadores de trabalhadores domésticos ultrapassa R\$ 375 milhões e afeta 154.063 trabalhadores domésticos.

O estado de São Paulo lidera a dívida em números absolutos, com 26.588 empregadores, 53.072 trabalhadores e uma dívida de R\$ 135 milhões. Seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Já os estados de Roraima, Amapá e Acre registram os menores volumes, com débitos inferiores a R\$ 1 milhão.